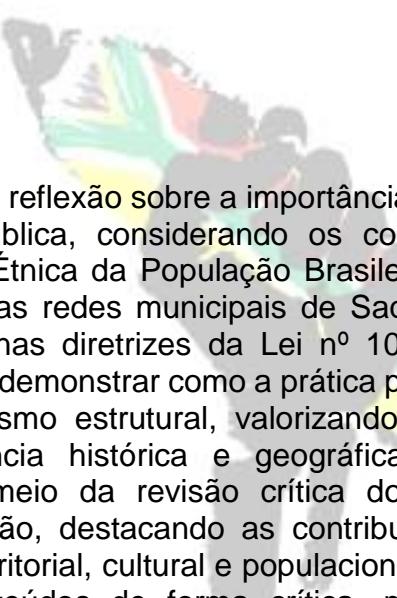




Educação Geográfica Antirracista na Escola Pública: Desafios e Práticas no Ensino da Formação Territorial e Étnica Brasileira

Júlio Cézar Ramos de Souza, mestrando do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Geografia da Universidade Federal Fluminense,
juliocezarramosdesouza@gmail.com

Resumo



Este trabalho propõe uma reflexão sobre a importância de uma Geografia antirracista na Educação Básica pública, considerando os conteúdos "Formação Territorial Brasileira" e "Formação Étnica da População Brasileira", ministrados no 7º ano do Ensino Fundamental II nas redes municipais de Saquarema (RJ) e São Pedro da Aldeia (RJ). Com base nas diretrizes da Lei nº 10.639/2003, o estudo parte da experiência docente para demonstrar como a prática pedagógica pode contribuir para o enfrentamento do racismo estrutural, valorizando a diversidade étnico-racial e promovendo a consciência histórica e geográfica dos alunos. A abordagem antirracista se dá por meio da revisão crítica dos processos de colonização, escravidão e miscigenação, destacando as contribuições dos povos indígenas e africanos na formação territorial, cultural e populacional do Brasil. O currículo flexível permite integrar os conteúdos de forma crítica, promovendo discussões sobre identidade, território e resistência. Conclui-se que a construção de uma Geografia escolar antirracista requer não só reformulações curriculares, mas também o comprometimento docente com práticas inclusivas e emancipadoras.

Palavras-chave: Educação Antirracista; Geografia Escolar; Lei 10.639/2003; Formação Territorial; Diversidade Étnico-Racial.

Abstract

This paper proposes a reflection on the importance of an anti-racist approach to Geography education in public Basic Education, focusing on the topics "Brazilian Territorial Formation" and "Ethnic Formation of the Brazilian Population," taught in the 7th grade of Lower Secondary Education in the municipal school systems of Saquarema (RJ) and São Pedro da Aldeia (RJ). Grounded in the guidelines of Law No. 10.639/2003, the study draws on teaching experience to demonstrate how pedagogical practices can contribute to addressing structural racism by valuing ethnic and racial diversity and fostering students' historical and geographical awareness. The anti-racist approach is implemented through a critical review of the processes of colonization, slavery, and miscegenation, highlighting the contributions of Indigenous and African peoples to Brazil's territorial, cultural, and population formation. A flexible curriculum allows for the critical integration of content, promoting discussions on identity, territory, and resistance. It is concluded that building an anti-racist school Geography requires not only curriculum reforms but also a strong commitment from educators to inclusive and emancipatory practices..

Keywords: Antiracist Education; School Geography; Law 10.639/2003; Territorial Formation; Ethnic-Racial Diversity.

1. Introdução

A Geografia escolar, quando comprometida com a transformação social, torna-se ferramenta fundamental para a construção de uma educação antirracista. No contexto da Educação Pública Básica, torna-se imprescindível refletir sobre os desafios e possibilidades de uma prática docente que dialogue com a diversidade étnico-racial presente em nosso país e nas salas de aula. A partir da implementação da Lei nº 10.639/2003, tornou-se obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e outras providências no currículo escolar, o que representa um marco na luta contra o racismo estrutural no Brasil. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo apresentar práticas pedagógicas desenvolvidas no ensino dos conteúdos “Formação Territorial Brasileira” e “Formação Étnica da População Brasileira”, no 7º ano do Ensino Fundamental II, que buscam valorizar a pluralidade étnica e combater o silenciamento histórico das contribuições africanas e indígenas na formação do território e do povo brasileiro.

2. Metodologia

De acordo com Gil (2002, p.17), uma pesquisa é realizada a partir do aproveitamento dos conhecimentos já existentes e da aplicação criteriosa de métodos, técnicas e demais procedimentos científicos. Composta por diversas etapas, a pesquisa exige dedicação, sensibilidade e flexibilidade, sempre mantendo o compromisso com a precisão científica.

A metodologia adotada neste trabalho é de natureza qualitativa, baseada na prática docente e na análise dos conteúdos desenvolvidos em sala de aula. Foram considerados os descritores da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os conteúdos do currículo flexibilizado de Geografia do município, com foco nos processos de colonização, formação étnica da população e construção do território brasileiro. As aulas foram planejadas com recursos didáticos diversificados (textos, imagens, mapas, vídeos, músicas e debates), buscando promover o protagonismo estudantil e o pensamento crítico. As atividades enfatizaram a valorização das culturas afro-brasileira e indígena, bem como as resistências históricas desses povos, em consonância com os princípios da educação para as relações étnico-raciais.

3. Resultados e Discussão

Resumo

A construção de uma Geografia escolar antirracista exige compromisso pedagógico e sensibilidade cultural para enfrentar práticas excludentes. A experiência relatada evidencia que é possível integrar conteúdos de formação territorial e étnica à Lei nº 10.639/2003, promovendo a valorização da diversidade, o fortalecimento identitário e o combate ao racismo nas escolas públicas. A prática pedagógica, ao adotar uma perspectiva crítica da colonização e exaltar as contribuições africanas e afrodescendentes em áreas como culinária, música, esporte, ciência, literatura e religiosidade, gerou impactos significativos no engajamento e autoestima dos estudantes, além de fomentar o pensamento crítico. Destacar essas contribuições vai além do cumprimento legal, sendo um ato pedagógico transformador que aproxima a escola da realidade dos alunos e amplia o repertório cultural. A valorização de referências negras fortalece a representatividade e inspira os estudantes a se projetarem em diferentes áreas. Apesar dos avanços, persistem desafios quanto à continuidade e aprofundamento de práticas antirracistas. A experiência mostra que a construção de uma Geografia crítica é essencial para consolidar uma educação inclusiva, democrática e socialmente comprometida.

Palavras-chave:

Geografia antirracista; Diversidade étnico-racial; Educação inclusiva; Lei 10.639/2003; Identidade cultural.

A construção de uma Geografia escolar antirracista exige compromisso pedagógico, sensibilidade cultural e coragem para enfrentar estruturas historicamente excludentes. A experiência apresentada neste trabalho evidencia que é possível promover práticas educativas que valorizem a diversidade étnico-racial, fortaleçam identidades e contribuam para a superação do racismo nas escolas públicas. A integração entre o currículo, a Lei nº 10.639/2003 e os conteúdos de Geografia, como a formação territorial e étnica do Brasil, oferece caminhos potentes para o desenvolvimento de uma educação crítica, democrática e humanizadora. O desafio maior está em garantir a continuidade dessas práticas e ampliá-las no cotidiano escolar, promovendo uma educação mais justa e equitativa.

A prática pedagógica voltada para uma Geografia antirracista, aliada aos conteúdos de “Formação Territorial Brasileira” e “Formação Étnica da População Brasileira”, trouxe resultados significativos no engajamento dos estudantes e no fortalecimento de identidades historicamente silenciadas. Ao trabalhar a colonização do Brasil sob a ótica crítica da expropriação indígena e da escravização africana, os alunos passaram a compreender a construção do território nacional como um processo marcado por desigualdades, lutas e resistências.

A valorização da contribuição dos povos africanos e afrodescendentes foi um eixo central das aulas. Destacou-se, por exemplo, como esses grupos influenciaram profundamente a cultura brasileira em múltiplos campos: na culinária, com pratos como a feijoada, o acarajé, o vatapá e a moqueca; na música, com gêneros como o samba, o maracatu, o jongo, o axé e o rap, que expressam resistência, identidade e ancestralidade; no esporte, com personalidades negras de projeção nacional e internacional, como Pelé e outros atletas olímpicos; na ciência e literatura, por meio de intelectuais e pensadores como Milton Santos, Lélia Gonzalez e Machado de Assis; nas religiões de matriz africana, como o Candomblé e a Umbanda, que enfrentam ainda hoje forte preconceito; e também nas artes marciais, com destaque para a capoeira, patrimônio cultural brasileiro de origem africana. Destacar as contribuições de africanos e afrodescendentes no ensino de Geografia (e em outras áreas do currículo) gera diversos impactos positivos, tanto pedagógicos quanto sociais.

O Quadro 1 sintetiza destaca os benefícios de incorporar as culturas africanas e afro-brasileiras no currículo escolar, conforme determinado pela legislação brasileira (Lei 10.639/2003). Essas práticas têm como objetivo fortalecer a identidade e a autoestima dos estudantes negros, combater o racismo estrutural, reconhecer a diversidade cultural do Brasil, promover a equidade e resgatar histórias silenciadas. Ao estimular o pensamento crítico, conectar o conteúdo escolar à realidade dos alunos e valorizar figuras negras em diversas áreas, a abordagem promove uma educação mais inclusiva, antirracista e de qualidade para todos.

Quadro 1: Benefícios de Tais Práticas

Benefício	Descrição
Fortalecimento da identidade e autoestima dos estudantes negros	Ao se reconhecerem nas narrativas históricas e culturais, os alunos se sentem valorizados e pertencentes ao espaço escolar.
Combate ao racismo estrutural	A valorização das culturas africanas e afro-brasileiras desconstrói estereótipos e preconceitos historicamente enraizados.
Reconhecimento da diversidade cultural brasileira	Mostra que a cultura nacional é formada por múltiplas influências e que todas têm valor social, histórico e simbólico.
Promoção da equidade no ambiente escolar	Contribui para a construção de uma escola mais justa, onde todos os grupos étnico-raciais sejam representados de forma digna.
Resgate de memórias e histórias silenciadas	Rompe com a invisibilização dos saberes africanos nos livros didáticos e conteúdos escolares tradicionais.
Estímulo ao pensamento crítico	Ao analisar o apagamento histórico e suas consequências, os alunos são levados a refletir sobre desigualdades atuais.
Aproximação entre escola e realidade social dos estudantes	Conecta os conteúdos escolares às vivências cotidianas dos alunos, tornando o aprendizado mais significativo.
Fomento à pluralidade de conhecimentos	Amplia o repertório dos estudantes ao incluir saberes científicos, artísticos e religiosos de matrizes africanas.
Valorização de referências negras nas artes, esportes e ciências	Apresenta modelos positivos de sucesso e resistência, inspirando os alunos a se projetarem em diferentes áreas.
Cumprimento da legislação educacional (Lei 10.639/2003)	Além de ser um dever legal, é um compromisso ético com uma educação antirracista, inclusiva e de qualidade para todos.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Destacar as contribuições de africanos e afrodescendentes no ambiente escolar vai muito além do cumprimento legal da Lei 10.639/2003 — trata-se de um ato pedagógico essencial para a construção de uma educação mais justa, inclusiva e crítica. Ao promover o reconhecimento da diversidade cultural brasileira, combater o racismo e fortalecer a identidade dos estudantes negros, a escola assume seu papel social transformador. Além disso, ao ampliar o repertório cultural e apresentar referências positivas negras em diversas áreas, cria-se um ambiente de aprendizado mais significativo, conectado com a realidade dos alunos. Em suma, valorizar essas contribuições é um passo fundamental na construção de uma sociedade mais equitativa e democrática.

A seguir, apresentam-se partes do conteúdo distribuído em sala de aula.

Figura 1: Consequências do Processo de Formação Territorial do Brasil

para a colonização. O pau-brasil era extraído porque sua madeira tinha um valor muito alto na Europa. Ela era usada principalmente para **fazer tintura vermelha**, que era muito popular na época para tingir tecidos. Além disso, a madeira do pau-brasil também era apreciada para a construção de **móveis** e para outros usos, como na fabricação de arcos de **violinos** e outros instrumentos musicais, por causa de sua qualidade. É um período de certo abandono, os portugueses instalaram feitorias e utilizam o trabalho indígena através do escambo.

2- Cana-de-açúcar (século XVI até o início do século XVIII): A cana-de-açúcar foi um dos principais produtos do Brasil colonial. Grandes plantações de cana começaram a ser feitas no Nordeste, principalmente. Isso atraiu a necessidade de mais terras, pessoas para trabalhar e criou vilas e cidades na região, espalhando a presença portuguesa por mais áreas. A principal utilidade da cana-de-açúcar no Brasil colonial foi a **produção de açúcar**, que se tornou um dos principais produtos de exportação. Além do açúcar, a cana também era utilizada para a produção de **álcool, como a aguardente e a cachaça**, que era consumida tanto no Brasil quanto exportada. O **melado** (o líquido resultante da cana) e a **rapadura** (que é o melado solidificado) eram consumidos localmente e também exportados. Esse ciclo utilizou o sistema de **plantation** (latifúndio, exportador, monocultor e escravista).

cidades, rotas comerciais e a exploração de novas áreas.

Algumas Consequências do Processo de Formação Territorial do Brasil.

- Aprisionamento, escravidão, assassinato e catequização de indígenas nativos;
- Destruíção da floresta para agricultura e pecuária;
- Importaram pessoas escravizadas da África;
- População brasileira miscigenada (Europeus, Indígenas e Africanos);
- Domínio de um território amplo e diverso com incontáveis recursos naturais provenientes das vegetações, florestas, rios e do próprio solo;
- Disputas, guerras, negociações de territórios com países vizinhos (casos de Bolívia e Paraguai).
- A população brasileira distribuída irregularmente, pois grande parte da população habita na região litorânea, onde se encontram as maiores cidades do país.
- Diversidade num território tão vasto que vão desde aspectos naturais (clima, relevo, vegetação, hidrografia) aos humanos (cultura, população e economia);
- Preocupação com áreas de fronteiras: pouca população (vazio), crescimento do narcotráfico e a penetração de garimpeiros estrangeiros.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Figura 3: Algumas das Contribuições de Cada Povo Formador



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Figura 3: Formação do Povo Brasileiro e Miscigenação

que foram trazidos como escravizados. Esse processo de **miscigenação** deu origem ao que chamamos de "povo brasileiro" — um povo plural, com diversas origens e características.

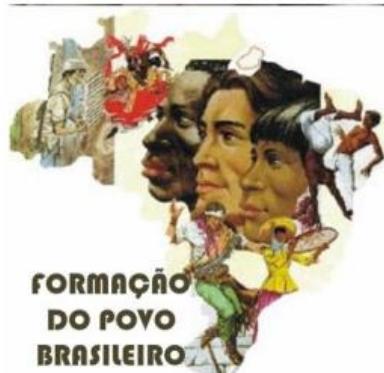
Encontram-se, basicamente, três etnias na formação do povo brasileiro. Os habitantes originais (indígenas) foram somadas sucessivas ondas de europeus (principalmente portugueses) e africanos (a maioria da costa oeste, ao sul do Saara).

A mistura étnica ocorreu desde o descobrimento do Brasil, no final do século XV, recebendo um número cada vez maior de imigrantes do mundo inteiro. Em meados do século XVI, africanos pertencentes ao grupo étnico Bantu e sudaneses da Nação Yoruba (o que é hoje a Nigéria e o Benin) foram trazidos para o Brasil para trabalhar como escravos. Contudo, Portugal permaneceu a mais importante fonte de imigração para o Brasil.

No Brasil, a miscigenação entre índios e brancos gerou os caboclos, também denominados caboclos ou mamelucos; entre índios e pretos, os cafuzos, e entre brancos e pretos, os mulatos.



Fonte: O Livro do Mestiço – Mestiço Brasileiro, Nosso Povo, Nossa Etnia



A População Brasileira Atualmente

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) tem a função de coletar, analisar e divulgar informações sobre a realidade geográfica, demográfica, social e econômica do Brasil. Ele é uma fundamental fonte de dados para o planejamento e a formulação de políticas públicas no país. O IBGE é responsável pela realização do Censo, que é uma pesquisa realizada a cada dez anos com o objetivo de sistematizar dados estatísticos sobre as características da população de um lugar, como um município ou um país. O IBGE pesquisa a cor ou raça da população brasileira com base na autodeclaração. As etnias do Brasil são categorizadas, segundo o

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Figura 4: Algumas das Grandes Contribuições Africanas e de Afrodescendentes

Algumas das grandes contribuições africanas e de afrodescendentes para a sociedade brasileira							
Gêneros Musicais	Culinária	Conhecimento, Ciência e Literatura	Religião	Arte Marcial	Palavras	Esporte	
Ex: Samba	Ex: Feijoada	Ex: Milton Santos	Ex: Umbanda	Ex: Capoeira	Ex: Cafuné	Ex: Pelé	

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Essas abordagens promoveram o reconhecimento da riqueza cultural dos povos africanos e de suas contribuições à sociedade brasileira, desafiando a narrativa hegemônica que ainda insiste em colocá-los à margem da história oficial. As aulas também estimularam os estudantes a revisitar suas próprias origens e histórias familiares, fortalecendo o sentimento de pertencimento e autoestima.

Os debates em sala revelaram que muitos alunos, especialmente os autodeclarados pretos e pardos, sentiam-se representados e valorizados nas atividades que destacavam a resistência quilombola, os saberes tradicionais e a diversidade da população brasileira. Por outro lado, também se observou a necessidade de aprofundar a formação crítica de alguns estudantes que ainda reproduzem visões preconceituosas, o que indica a importância da continuidade e sistematização de práticas educativas antirracistas ao longo da trajetória escolar.

Em suma, o desenvolvimento de uma Geografia crítica e antirracista mostrou-se potente não apenas para o aprendizado dos conteúdos curriculares, mas como uma estratégia fundamental na construção de uma escola mais inclusiva, democrática e conectada à realidade dos seus sujeitos.

4. Conclusão

A construção de uma Geografia escolar antirracista exige compromisso pedagógico, sensibilidade cultural e coragem para enfrentar estruturas historicamente excludentes. A experiência apresentada neste trabalho evidencia que é possível promover práticas educativas que valorizem a diversidade étnico-racial, fortaleçam identidades e contribuam para a superação do racismo nas escolas públicas. Estes esforços dão voz ao outro e propiciam o entendimento parcial de uma realidade multiforme. A integração entre o currículo, a Lei nº 10.639/2003 e os conteúdos de Geografia, como a formação territorial e étnica do Brasil, oferece caminhos potentes para o desenvolvimento de uma educação crítica, democrática e humanizadora. O desafio maior está em garantir a continuidade dessas práticas e ampliá-las no cotidiano escolar, promovendo uma educação mais justa e equitativa.

5. Referências

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002. 176 p. Disponível em:
http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_como_elaborar_projeto_de_pesquisa.pdf. Acesso em: 22 mar. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022: características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro, 2023.

SAQUAREMA. Proposta curricular para o Ensino Fundamental – Anos Finais: flexibilização curricular – ano letivo 2023. Saquarema, 2023.